

DEZEMBRO / 2017

INTERNACIONAL

EUROPA

De acordo com o Índice de Gerentes de Compras Composto (PMI Composto), a economia da zona do euro encerrou o ano passado com o crescimento mais forte em quase sete anos, diante da aceleração das atividades da indústria e serviços nas principais economias da região. O índice subiu de 57,5 pontos em novembro, para 58,1 pontos em dezembro.

Ainda em dezembro, conforme o informado pela agência Eurostat, a taxa de desemprego na zona do euro caiu para 8,7%, a menor marca desde janeiro de 2009. Era de 14,3 milhões de pessoas o contingente de desempregados.

A taxa de inflação, por sua vez, depois de ter se acelerado para 1,5% em novembro, voltou a desacelerar em dezembro, mês em que os preços ao consumidor subiram 1,4% em relação ao ano anterior.

EUA

Conforme a última estimativa do Departamento de Comércio, o PIB americano no terceiro trimestre de 2017 subiu à taxa anual de 3,2%, contra 3,1% do trimestre anterior. O maior crescimento foi impulsionado pela continuidade dos gastos robustos dos consumidores e dos investimentos empresariais.

O mercado de trabalho, prosseguiu robusto, embora em dezembro, tenham sido criadas 148 mil vagas de trabalho não agrícolas, quando a expectativa era de 200 mil. A taxa de desemprego, que era de 4,1% em novembro, permaneceu nesse patamar.

E em sua última reunião do ano, sem representar surpresa, o FED elevou a taxa de juros pela terceira vez em 2017, desta feita, da faixa entre 1% e 1,25%, para 1,25% e 1,50%.

ÁSIA

No Japão, a inflação do consumidor subiu 0,9% anualizado em novembro, devido ao custo de energia, o que representou a décima primeira alta consecutiva do indicador. E a taxa de desemprego nesse mês, de 2,7%, foi a mais baixa desde novembro de 1993.

MERCADOS DE RENDA FIXA E RENDA VARIÁVEL

No mercado internacional de renda fixa, os títulos do tesouro americano, de 10 anos, que tinham rendimento de 2,41% a.a. no final de novembro, terminaram dezembro com um rendimento de 2,40% a.a., ao passo que os emitidos pelo governo britânico rendiam 1,19% a.a. Os emitidos pelo governo alemão, por sua vez, fecharam o mês com rendimento de 0,42%. Paralelamente, no mês, o dólar se desvalorizou 0,85% perante o euro e se valorizou 0,13% perante o yen, por exemplo. No ano a desvalorização perante o yen foi de 3,65% e de 14,14% perante o euro.

Já as bolsas internacionais tiveram em dezembro, resultados mistos. Enquanto a bolsa alemã (Dax) caiu 0,82% no mês, a inglesa subiu (FTSE 100) 4,93%, a do Japão (Nikkei 225) subiu 0,18%, enquanto a americana avançou (S&P 500) 0,98%, estabelecendo novos recordes. No ano os mercados acionários europeus tiveram fortes ganhos, principalmente com as ações dos setores de tecnologia e mineração. O Dax valorizou-se em 12,51% e o FTSE 100 em 7,63%. Nos EUA o índice S&P 500 subiu 19,42% em 2017 e o Nikkei 19,10%.

No mercado de commodities, o petróleo tipo Brent subiu no mês de dezembro 5,19% e 17,69% no ano de 2017.

NACIONAL

ATIVIDADE, EMPREGO E RENDA

Conforme o IBGE, a economia brasileira cresceu 0,29% em outubro, iniciando o quarto trimestre do ano de forma melhor do que se esperava e indicando que a evolução do PIB do ano pode ultrapassar 1%.

Já a taxa de desemprego, que era de 12,2% no trimestre encerrado em outubro, recuou para 12% no trimestre encerrado em novembro, com 12,6 milhões de pessoas sem trabalho. O rendimento médio real do trabalhador foi de R\$ 2.127,00 no final do trimestre.

SETOR PÚBLICO

Conforme informou o Banco Central, o setor público consolidado registrou déficit primário de R\$ 909 milhões em novembro. No ano o déficit primário acumulou R\$ 78,3 bilhões e em doze meses R\$ 149 bilhões (2,29% do PIB).

As despesas com juros nominais, em doze meses, totalizaram R\$ 402 bilhões (6,17% do PIB) e o déficit nominal, que inclui o resultado com os juros, foi de R\$ 551 bilhões (8,45% do PIB), também em doze meses.

A dívida bruta do governo geral (governo federal mais INSS mais governos regionais) alcançou em janeiro R\$ 4,85 trilhões (74,4% do PIB).

INFLAÇÃO

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE divulgou que a inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), subiu, de novembro para dezembro de 0,28% para 0,44%, por conta dos aumentos dos preços dos alimentos e dos transportes.

Em doze meses, a alta acumulada foi de 2,95%, bem abaixo do piso da meta que é 3%.

Já o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), subiu 0,26% em dezembro e acumulou uma alta de 2,07% no ano. Na ata da reunião sinalizou que a taxa poderá sofrer novo corte em fevereiro, dependendo do cenário econômico na época.

JUROS

Na reunião realizada já no início de dezembro, o Copom, por unanimidade, decidiu reduzir a taxa Selic de 7,50% para 7% aa, a décima redução da taxa seguida. No comunicado após a reunião, o comitê afirmou que a continuidade da queda dependerá do cenário na época.

CÂMBIO E SETOR EXTERNO

A taxa de câmbio dólar x real, denominada P-Tax 800 encerrou o mês de dezembro cotada em R\$ 3,308, com uma desvalorização de 0,39% no mês, mas com uma alta de 1,5% no ano.

Em novembro, as transações correntes, apresentaram déficit de US\$ 2,4 bilhões, acumulando em doze meses saldo negativo de US\$ 11,3 bilhões.

Os Investimentos Estrangeiros Diretos – IED apresentaram um ingresso líquido de US\$ 546 milhões no mês, as reservas internacionais terminaram outubro em US\$ 381,1 bilhões e a dívida externa bruta em US\$ 317,2 bilhões.

A Balança Comercial, por sua vez, teve em dezembro de 2017 um superávit de US\$ 5 bilhões e acumulou no ano um saldo de US\$ 67 bilhões, recorde para o período.

RENDA FIXA

Dos subíndices Anbima, que referenciam os fundos compostos por títulos públicos disponíveis para os RPPS, o melhor desempenho no mês de dezembro acabou sendo o do IRF-M1+, com alta de 1,46%, seguido do IRF-M Total, com alta de 1,24% e do IDkA2 (IPCA), com alta de 1,16%. Em 2017, o melhor desempenho foi o do IRF-M 1+, com alta 16,67%, seguido do IRF-M Total, com alta de 15,20% e do IDkA2 (IPCA) com alta de 13,61%.

RENDA VARIÁVEL

Para o Ibovespa, a alta no mês foi de 6,16% e acumulou no ano uma expressiva alta de 26,86%. O índice encerrou o ano em 76.402 pontos.

PERSPECTIVAS

MERCADO INTERNACIONAL

O mercado financeiro internacional terá como o principal foco em 2018, a economia americana. Tendo o Congresso dos EUA aprovado a redução de impostos tanto para pessoas físicas, quanto jurídicas, no final de 2017, o estímulo fiscal virá em um momento em que a economia americana está em pleno emprego, o que aumenta o risco de superaquecimento. Também com a perspectiva de que os preços das commodities, inclusive o petróleo tenha em 2018, um ano de valorizações mais expressivas, como irá o FED conduzir a política monetária?

É uma das grandes apreensões do mercado.

MERCADO NACIONAL

No mercado local, as atenções em 2018 estarão voltadas para o eventual avanço das reformas econômicas, sendo a principal a da Previdência e para as eleições presidenciais, o que aumenta o quadro de

incertezas. Se no próximo ano, alguns fundamentos seguirem como em 2017, teremos a inflação controlada e os juros em novo piso histórico. No entanto, os gastos com os alimentos e a energia poderão ser maiores, e o não avanço das reformas deverá ser mal recebido pelo mercado.

Quanto às aplicações financeiras dos RPPS, por conta dos ganhos já obtidos com os investimentos em fundos e títulos de prazo mais longo e com as dificuldades na continuação da aprovação das reformas econômicas, continuamos a recomendar uma exposição ao vértice de longo prazo, representado pelo IMA-B Total em 15%. Consideramos de 10%, a exposição em fundos de investimento em títulos públicos que possuem a gestão do duration, produto a ser acompanhado com a maior atenção.

Para os vértices médios (IMA-B 5, IDKA 2A e IRF-M Total) a nossa recomendação é de uma exposição de 15%. Já para os vértices de curto prazo, representados pelos fundos DI, pelos referenciados no IRFM-1 e pelos CDB's a alocação sugerida é de 30%. Lembramos que para evitar o desenquadramento aos limites da Resolução CMN nº 4.604/2017, o percentual máximo de alocação em fundos DI passa a ser de 40%.

Permanece a recomendação de que, com a devida cautela e respeitados os limites das políticas de investimento e as exigências da nova resolução editada pelo CMN, é oportuna a avaliação de aplicações em produtos que envolvam a exposição ao risco de crédito (FIDC e FI Crédito Privado, por exemplo), em detrimento das alocações em vértices mais longos.

Quanto à renda variável, continuamos a recomendar a exposição máxima de 30%, por conta da crescente melhoria das expectativas com a atividade econômica no próximo ano, que deverá refletir em um melhor comportamento dos lucros das empresas e, portanto, da Bolsa de Valores. Assim, já incluídas as alocações em fundos multimercado (10%) que com a nova resolução ficaram maiores, continua a mesma em fundos de participações – FIP (5%) e em fundos imobiliários FII (5%), sendo que a alocação em ações, com o novo perfil dos fundos multimercado passou a ser de 10%.

Por fim, cabe lembrarmos que as aplicações em renda fixa, por ensejarem o rendimento do capital investido, devem contemplar o curto, o médio e o longo prazo, conforme as possibilidades ou necessidades dos investidores. Já as realizadas em renda variável, que ensejam o ganho de capital, as expectativas de retorno devem ser direcionadas efetivamente para o longo prazo.

Sugestão de Alocação dos Recursos – Renda Fixa e Variável	
<u>Renda Fixa</u>	70%
Longuíssimo Prazo (IMA-B 5+ e IDKA 20A)	0%
Longo Prazo (IMA-B Total e FIDC/ Crédito Privado/ Fundo Debênture)	15%
Gestão do Duration	10%
Médio Prazo (IRF-M Total, IMA-B 5 e IDKA 2A)	15%
Curto Prazo (CDI, IRF-M 1 e CDB)	30%
<u>Renda Variável</u>	30%
Fundos de Ações	10%
Multimercados	10%
Fundos em Participações	5%
Fundos Imobiliários	5%